

# A família porto-alegrense pelo “direito” e pelo “avesso”: a influência do Juizado de Órfãos na reorganização social

José Carlos da Silva Cardozo\*

## Resumo

Este texto aborda a organização da família popular porto-alegrense no início do século XX e a influência que o Juízo dos Órfãos exercia para reorganizar o social. Baseado em valores sociais cultivados pelos grupos elitistas, a Justiça julgava os casos que a ela eram apresentados procurando regar o social por meio de suas ações.

*Palavras-chave:* Família. Juízo dos órfãos. Justiça.

## A organização da família porto-alegrense

Na sociedade porto-alegrense do início do século XX, havia um tipo de organização familiar desejada pelas elites:<sup>1</sup> a família nuclear (pai, mãe e filhos). Assim, a família a que se aspirava, nos anos iniciais do século XX, pelas elites da República brasileira, pode ser também chamada de família burguesa. Quando referimos esse tipo de arranjo familiar como modelo social, compartilhamos da interpretação de Maria Ângela D’Incao, que afirma que essa família burguesa foi

\* Professor da Unisinos e UFRGS. Doutorando em História Latino-Americana na Unisinos. Bolsista Capes.

Recebido em: 28/08/2011 - Aprovado em: 16/01/2012

[...] aquela que nasceu com a burguesia e vai em seguida, com o tempo, caracterizando-se por um certo conjunto de valores, que são o amor entre os cônjuges, a maternidade, o cultivo da mãe como um ser especial e do pai como um ser responsável pelo bem-estar e educação dos filhos, presença do amor pelas crianças e a compreensão delas como seres em formação e necessitados, nas suas dificuldades de crescimento, de amor e compreensão dos pais. Seria ainda próprio dessa situação o distanciamento cada vez maior da família em relação à sociedade circundante, circunscrevendo-se, dessa maneira, uma área doméstica privada em oposição à área pública; esta última é sentida pela família como sendo cada vez mais hostil e estranha, não digna de confiança (D'INCAO, 1989, p. 10-11).

Ao longo desse período, os grupos populares<sup>2</sup> iam tentando se moldar de acordo com os parâmetros dessa família padronizada e elitizada, com a finalidade de poder usufruir o respeito e a valorização a ela atribuídos. Quando essa família se encontrava perante a Justiça, por exemplo, buscava apresentar ou representar características sociais destacadas, como o apeço ao trabalho, à família e à educação, para alcançar a mesma dignidade atribuída às famílias dessas elites. Além desses, os grupos dirigentes também estavam preocupados com as questões relacionadas à moralidade.

Uma das instituições que contribuíram para que isso ocorresse foi o Juizado Distrital da Vara de Órfãos de Porto Alegre ou, simplesmente, Juízo dos Órfãos,<sup>3</sup> que direcionou suas atenções para os menores de idade<sup>4</sup> que passavam por algum tipo de desestruturação familiar e que ne-

cessitavam de um amparo legal para suas necessidades.

Esse instituição teve sua origem em Portugal, remontando às Ordenações Filipinas, que formam o código jurídico a partir de 1580. Até o século XVIII, esse cargo era exercido pelo Juiz Ordinário, que não tinha formação em Direito. Com o crescimento da população colonial, em maio de 1731 foi regulamentado o cargo de juiz de órfãos no Brasil e a partir dessa data as questões relacionadas aos menores passaram a ser de sua responsabilidade (AZEVEDO, 2007). Em Porto Alegre, desde 1806, já existia o cargo juiz de órfãos, criado pela Real resolução, e que transpôs o período Imperial, chegando até a República, quando houve a criação, em 1927, e a substituição em definitivo desse Juízo pelo Juizado de Menores,<sup>5</sup> em 1933.

Assim, o Juizado de Órfãos foi, desde o período Colonial até o início da República, uma das instituições mais importantes para a regularização das questões relativas à família e à criança, desempenhando, ao longo do tempo, atividades de proteção ao menor. Conforme Gislane Azevedo (1995) e Sonia Rodriguez (2010), essa instituição cuidava, num primeiro momento, dos menores das elites, na resolução não só de questões envolvendo suas heranças, da relação entre os menores e seus familiares ou tutores, como também de outras que diziam respeito à sua renda e aos seus bens. Após, com a formação de novas relações sociais, o Juízo dos Órfãos passou a direcionar atenção especial para o cuidado (abandono, saúde, moradia, roupas e educação) da criança popular. Isso ocorreu

porque as instituições públicas tornaram esses indivíduos as figuras centrais no espaço familiar, pois as crianças seriam os futuros cidadãos da república brasileira.

O Juizado de Órfãos foi, dessa forma, um órgão essencial para o encaminhamento de questões que dizem respeito à desagregação familiar envolvendo crianças. Preocupado com o universo infantil, o Juízo dos Órfãos mediou ações praticadas pela família, pois essa era considerada o espaço gestor dos padrões e regras de comportamento social.

O Juízo dos Órfãos, como instituição jurídica, contribuía para a normatização das famílias porto-alegrenses, por meio dos casos que a ele eram apresentados, segundo esse modelo ideal de família burguesa. Às famílias, segundo o ideal elitista, eram atribuídas as responsabilidades da reprodução (biológica e cultural), do cuidado (criação e proteção) das crianças, da socialização dos membros menores, além do cultivo da afetividade entre seus integrantes.

Assim, a família era responsável por assumir a mediação entre o público e o privado no lar. Antes mesmo de o menor ser percebido pelas autoridades como uma questão social, por volta de 1871, a família já era vista, pelos grupos dirigentes, como foco de atenção por ali estar concentrada a mão de obra, principalmente a partir de 1850, quando ocorreu o fim do tráfico negreiro no Brasil e a consequente escassez de braços escravos para o trabalho.

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre vinha se impondo, desde, pelo menos, 1850. A Abolição da Escravidão, em 1888, consolidava a necessidade de adequação das estratégias de ordenamento e controle social para uma sociedade de homens livres, mulheres e crianças livres, ao menos teoricamente [...]. Nada seria melhor do que um trabalhador que já saísse de casa com os hábitos da rotina doméstica, com as responsabilidades do lar e sem os desvios sexuais, não só para que as crianças crescessem em um meio adequado, como também para que se evitasse, por meio do casamento, nascimentos ilegítimos (ABREU, 2007, p. 290-291).

Regrar o homem e a mulher, por meio da união familiar, era uma das alternativas para evitar que esses, ao estarem no perímetro urbano, causassem transtornos à nova ordem industrial que se instalava na área. Por meio desse regramento, os grupos dirigentes procuravam evitar a promiscuidade, a vadiagem, os vícios e a instabilidade no trabalho, pois, com uma família para ser sustentada, o indivíduo deveria se compromissar ao máximo com seus afazeres, para não ficar sem trabalho e, assim, sem renda e sem possibilidade de cuidar dos seus.

Havia a necessidade de impor novas regras sociais, pois “a cidade burguesa teria, sistematicamente, de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação” (D’INCAO, 2008, p. 226). Um dos espaços ao qual as elites tinha aversão era a rua, que, como lugar público, estava permeada de más influências. Assim, dentro desse novo modelo social, esse espaço foi visto como oposição ao espaço privado do lar.

No âmbito público, havia “jardins” e “ruas” – nos primeiros, sob o controle adulto, as crianças podiam se divertir e, ao mesmo tempo, serem educadas. As segundas eram espaços de risco. Porque nos logradouros os meninos viviam em “grupos” que se comportavam de forma arriscada em suas brincadeiras, que tinham um *ethos* que levava ao conflito com outros “grupos”, que tinham uma moral funesta para os caracteres em formação (VARGAS, 2004, p. 256 - grifo do autor).

Dessa forma, o ambiente ideal para a família, e principalmente para um menor, seria o lar, pois lá, no privado, poder-se-ia zelar pelo bem-estar de seus integrantes, protegendo-os do perigo externo, que se encontra no espaço público.

Maria D’Incao (2008) refere que, nesse ideal de família, alguns dos papéis dos seus integrantes foram modificados, assim como outros foram reforçados. O princípio de que a mulher (mãe) seria a responsável pelo zelo e pela educação dos filhos, e o homem (pai) pelo sustento e pela autoridade passaria a fazer parte do imaginário da elite dirigente, funcionando como objeto de regramento social.

A mãe solteira, por exemplo, seria vista com preocupação por esse grupo, pois esta, sem a figura do provedor (o homem), teria de trabalhar. Contudo, não somente aquelas mulheres que viviam só que eram vigiadas pela sociedade, pois

[...] em muitos casos, mesmo as que moravam com seus companheiros procuravam alguma forma de renda para escapar à miséria que representava a dependência exclusiva do salário do marido. O homem até podia ser “trabalhador” – quem garantiria que ia ter uma renda regular? (FONSECA, 2008, p. 516).

Assim, muitas mulheres, solteiras ou não, tiveram que se inserir no mercado de trabalho e essa inserção no meio público, geralmente, dava-se em ocupações que exigiam pouca qualificação ou, mesmo, que ofereciam condições precárias de atuação. O trabalho que a maioria das mães conseguia era de doméstica (como no caso com que abrimos o capítulo), que, em verdade, apesar de atenuar a questão financeira, já que o pagamento era quase sempre insuficiente para as despesas, trazia outro empecilho para a mãe: encontrar alguém para ficar com seu filho.

Devido ao trabalho e às horas decorrentes deste, tornava-se, geralmente, impraticável a permanência da mãe com seu filho. O risco de a criança ficar sozinha aumentava a atenção do Estado sobre as mães (solteiras ou não). Marco Santos, em relação a São Paulo, refere que

frequentemente, esses menores transitavam entre atividades lícitas e ilícitas, servindo de mão de obra em pequenos serviços, e, na falta desses, entregando-se à prática de pequenos furtos e roubos, acobertando-se no intenso fluxo de transeuntes nas calçadas paulistanas (2007, p. 219).

A criança poderia tornar-se um incômodo social, pois sem um adulto a vigiá-la estaria “solta e na rua”, pronta para incorrer em delitos, vícios, arruaças e outros tipos de atitudes repudiadas socialmente. Em Porto Alegre, Anderson Vargas (2004) constatou, por meio do periódico *O Independente*, a preocupação dos articulistas com a questão dos menores presentes nas ruas: os menores, para esse grupo de letrados, eram um risco à sociedade, pois

perturbavam a ordem social, promovendo, inclusive, furtos.

Dessa forma, como refere Ivonete Pereira, um dos grupos pertencentes à elite, o dos médicos e higienistas, defendiam que

sobre a mulher recai a responsabilidade de um futuro promissor da nação, não apenas por suas funções geratrizes, mas também por ser ela o primeiro “agente” protetor e educativo da criança. À medida que crescia a responsabilidade da mulher em relação à quantidade e à qualidade das pessoas que constituiriam o povo da nação moderna e civilizada que se almejava, era reforçada a imagem da maternidade como destino feminino; fato que justificava as ações repressivas e profiláticas sobre as mulheres que não desempenhavam a contento suas funções de progenitoras, mães e educadoras dos futuros cidadãos do país (2009, p. 57).

Não somente a mulher seria vigiada, o homem também era observado socialmente, principalmente quanto aos seus valores. Segundo Jurandir Costa, o homem deveria

trabalhar para manter os filhos; ser honesto para lhes dar bom exemplo; investir na sua educação; poupar para seu futuro; submeter-se a todo tipo de opressão pelo amor aos filhos... (2004, p. 251).

Contudo, este não era alvo de uma vigilância tão direta quanto a exercida sobre a mulher, pois ele, como provedor, trabalhava no lugar público. Já ela, como mãe, deveria ficar em casa para cuidar dos filhos, caso contrário, poderia ser confundida com o seu oposto, mulher pública, prostituta.

A criança sem o bom exemplo de um adulto seria levada a incidir em atos

contrários à ordem social, como reportou o curador-geral<sup>6</sup> João Bonumá ao afirmar que

a desmoralização da infância começa o mais das vezes no próprio seio da família; é um engano o pensarmos que o lar é sempre um remanso de bondade e amor, onde os filhos crescem aos bafejos dos exemplos de virtude e bondade. Em geral os pais, mesmo os melhores, não dedicam aos filhos os cuidados que eles merecem; sua educação ora é brutal, ora é de todo descurada n'uma indiferença dolorosa (BONUMÁ, 1913, p. 9).

Assim, a forma ideal para se proteger dos perigos do meio público, como Sandra Pesavento afirma, consiste na

[...] família, concebida como reduto moral, do amor, da tranquilidade. Para tanto, criou-se todo um discurso, um padrão de conduta, uma forma de trajar que demarcassem os domínios do convívio familiar daqueles do público (PESAVENTO, 1994, p. 85).

Porém, apesar dessa idealização, não podemos imaginar que a maioria das famílias porto-alegrenses, principalmente as populares, seguisse esse modelo idealizado pelas elites dirigentes, como Cláudia Fonseca refere:

a ideologia burguesa era, sem sombra de dúvida, forte. Mas seria simplista imaginar que todas as pessoas digeriam passivamente as normas oficiais. Como não ocorrer uma ressemantização do ideal quando se trata de um contexto no qual a metade das pessoas manifestadamente não o seguem? [...]. A pesar de certas semelhanças, existia um enorme descompasso entre a moralidade oficial e a realidade vivida pela maioria das pessoas dessa época (2008, p. 531).

Silvia Arend (2001), em seu estudo sobre a família popular em Porto Alegre, realizado a partir dos processos criminais, verificou que essas pessoas não seguiam rigorosamente as diretrizes das elites dirigentes. Os populares tinham uma “cultura” própria. A autora deixa explícito em seus escritos que muitos dos relacionamentos poderiam não acabar no altar de uma igreja ou num cartório, mas, sim, na cama; algumas vezes, os populares porto-alegrenses escolhiam a união por meio do “amasiamento”.<sup>7</sup> Silvia Arend relata que, “mesmo havendo a possibilidade do casamento, e ainda a expectativa de realizá-lo, os populares prefeririam o amasiamento” (2001, p. 65).

O entendimento social desse tipo de relacionamento era moralmente condenado e repudiado pelas elites, tanto que, com a morte de um dos parceiros, a lei determinava que aquele que sobrevivia não poderia ser considerado “viúvo” ou “viúva”, não sendo autorizado a reclamar qualquer bem. Contudo,

para os populares, estar amasiado era considerado um estado próprio da sua cultura, equivalente a um estado civil da ordem jurídica [...]. O não-reconhecimento do amasiamento como estado civil, pelas duas instituições que representavam o Estado [Polícia e Judiciário], demonstra a existência de um embate entre culturas distintas e a tentativa de imposição da norma dominante (AREND, 2001, p. 61).

Os casais namoravam tanto no espaço privado quanto no público, apesar de muitos “olhos” procurarem vigiar a conduta deles. Na maioria das vezes, en-

tre os populares, eles mantinham relações sexuais, o que explica a voracidade que as elites dirigentes tinham para normatizar a família, incluindo o namoro, para que não ocorresse situações como a alegada por Julieta Barcellos Pinheiro: que seu noivo a “iludiu” e a “deflorou”, deixando-a grávida. Martha Esteves (1989), em estudo sobre os processos criminais de defloração na cidade do Rio de Janeiro da *Belle Époque*, verificou nesses autos judiciais que mesmo os próprios populares estavam a “vigiar” seus vizinhos, conhecidos e até parentes, a respeito da moralidade e da honra desses. A autora formula duas hipóteses, plausíveis, sobre essa “vigilância popular”:

A vizinhança ou parentela exerciam influência na vida das pessoas e impunham certos tipos de comportamento. Ou ainda, o momento de um conflito por crime de defloração era a ocasião de mostrar aos demais grandes qualidades morais. Neste instante, juízos de valor e preconceitos poderiam ser propalados. Quando um conflito sexual era deflagrado, todos os referenciais sociais e morais eram acionados, iniciando-se uma espécie de disputa política. Passado o conflito, todos voltavam a viver normalmente, absorvendo as mudanças e as “novidades morais” (ESTEVES, 1989, p. 132).

Nos processos crime analisados por Silvia Arend (2001), para Porto Alegre, podem-se verificar relações que duraram apenas alguns meses e outras, mais de vinte anos, porém, as uniões curtas, para a autora, foram as que mais caracterizaram essa parcela da população, os populares. Isso talvez ocorresse pelo fato de que, frequentemente, residiam com o casal outras pessoas, parentes ou não, o que acabava

por influenciar a relação do casal, podendo promover, inclusive, brigas e separações.

Em outros casos, a falta de trabalho do homem o impossibilitava de representar seu papel social de provedor, fazendo que sua amásia realizasse atividades fora de casa, fato que acabava enfraquecendo a relação até a ruptura completa, por pressões familiares, por piadas contra a honra, ou mesmo por a mulher não suportar mais sustentar uma pessoa que, socialmente, deveria lhe prover o sustento.

Entretanto, os relacionamentos de amasiamento, na maioria das vezes de curto prazo, provocavam consequências sociais desastrosas. A instabilidade dos relacionamentos não raramente levava ao fenômeno que Cláudia Fonseca (2006) denomina de “circulação de crianças”,<sup>8</sup> quando havia menores como fruto dessas uniões. A maior parte dos populares se encontrava em situação de pobreza e isso também propiciava o fenômeno.

Esse conceito é utilizado na antropologia para indicar a transferência de responsabilidade de uma criança (ou crianças) da casa dos pais, ou responsáveis, para a casa de parentes, vizinhos, ou até mesmo de desconhecidos. É uma transferência de direitos e de deveres dos pais a terceiros (parentes ou não), para que estes, na impossibilidade dos pais ou dos responsáveis, cuidem da criança. Esses arranjos eram feitos de maneira informal ou formal, embora a que predominasse entre os populares era a informalidade, em razão dos custos que um processo legal poderia acarretar.

Essa circulação de crianças entre uma casa e outra não era, de forma alguma, excepcional. Verificamos práticas semelhantes em inúmeras famílias tanto do presente como do passado. Trata-se de uma prática particular aos grupos populares que deriva, por um lado, da importância da família extensa, por outro, da necessidade de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência das crianças (FONSECA, 2008, p. 535).

A circulação de menores por várias casas e pessoas era uma das alternativas para que os filhos dos populares tivessem maiores chances de ser “mais bem” criados, como veremos nos casos de tutela adiante relatados. Mas não se pode atribuir esse fenômeno exclusivamente às questões financeiras, pois a circulação pode também ter causas de ordem social e cultural.

Dessa forma, a família idealizada pelas elites estava, frequentemente, muito distante da família real. A família burguesa poderia fazer até parte do imaginário social, mas não estava presente como realidade em muitos relacionamentos, como demonstraram os estudos de Silvia Arend (2001) e Cláudia Fonseca (2006), para as famílias porto-alegrenses do final do século XIX e início do XX. Tais pessoas apostam para o fato de as famílias de origem popular terem uma “cultura” própria, que diferia da cultura dos grupos dirigentes. Porém, quando essas famílias populares eram acionadas pelas autoridades estatais, elas buscavam apresentar ou representar os valores cultivados pelas elites.

O ideal da família burguesa procurava, entre outras ações, evitar que os relacionamentos amorosos fossem passa-

geiros, procurando preservar a instituição familiar e as crianças do esfacelamento da unidade nuclear da sociedade, a família. Ao mesmo tempo, promoviam que certos hábitos e costumes desejados fossem seguidos. Porém, as consequências dessas uniões – em muitos casos, instáveis – recaíam sobre sua prole, que cresceria em locais muitas vezes insalubres, com o mínimo de educação e condições morais para o desenvolvimento de um futuro cidadão. Com a intenção de promover um melhor destino, pelo menos no discurso, muitos responsáveis acabavam entregando seus menores a terceiros.

Essa vigilância, baseada na política de observação sobre os corpos, ocasionou a emergência de novas estruturas familiares e, especialmente, do cuidado para com os menores. Esses últimos passaram a ser considerados como indivíduos carentes, necessitando de afetividade e de recursos materiais. Assim, os pais ou responsáveis teriam a obrigação de zelar pela criação e inserção social desses pequenos. Paralelamente, esses indivíduos seriam observados quanto aos seus procedimentos e, quando não seguissem as normas relativas ao cuidado para com os menores, eram encaminhados ao Juizado de Órfãos.

## A Justiça reorganizando a família

Dentre os processos administrados pelo Juízo dos Órfãos, podemos verificar de forma recorrente os autos de tutela.<sup>9</sup> Por meio desse tipo de processo, a Justiça

procurava reorganizar a família segundo o modelo da família burguesa.

Assim foi o caso da menor Carmelina Gonçalves do Amaral,<sup>10</sup> de apenas nove anos de idade, cujo tutor não queria mais continuar com ela. O processo já inicia com a ordem do juiz Valentim Aragon nomeando Antônio de Oliveira Pontes para o cargo de tutor da menor. O termo de tutela e compromisso é assinado em 28 de novembro de 1918, mas em menos de um ano, em 29 de setembro de 1919, o senhor Antônio Pontes volta ao Juízo dos Órfãos solicitando exoneração do cargo de tutor.

Ora, o que poderia estar acontecendo? Possivelmente foi o que pensou o Doutor Augusto Leonardo Salgado, juiz da Comarca, quando o processo chegou às suas mãos e levou-o a determinar, em 30 de outubro, o esclarecimento do motivo.

No dia 12 de novembro, obedecendo ao pedido de esclarecimento do juiz de Comarca, o senhor Antônio Pontes compareceu ao 3º Cartório de Órfãos dizendo que

vinha a Juízo por esse termo e na melhor forma de direito declarar que o motivo que o levava a pedir exoneração do cargo de tutor da menor é ter ela uma irmã prostituta que constantemente procura a sua casa em visita aquela menor. Que apesar dos protestos e observações do declarante a tal senhora, essas visitas se repetiam com frequência, fatos esses que muito o desgostam e contrariam; que em tais condições e mais – prevendo que hoje ou amanhã, quando a passeio pelas ruas ou mesmo em cinemas, como costuma acontecer; toda vez que sai com sua esposa leva aquela menor, possam encontrarse com tal senhora e esta procurar chegar a falar a sua irmã – a menor, [o casal] quer isso evitar a fim de não aguentarem



as contrariedades que têm e [ex]perimentado com os fatos já reproduzidos, ratificamos o seu pedido de fl.4 [exoneração do cargo], para não continuar no exercício do cargo de tutor da menor referida.<sup>11</sup>

A moralidade da época foi fator determinante para a solicitação de exoneração de Antônio de Oliveira Pontes do cargo de tutor, deferida em 20 de novembro de 1919. A criança foi removida da casa de seu antigo tutor por causa de uma irmã, que segundo se alegava era uma “prostituta”. A alegação de “prostituição”, aparentemente, não se dirigia a um ofício, mas à moralidade da pessoa atingida pelo epíteto, assim poderia se tratar mais de um julgamento moral sobre um comportamento “desviante” e não necessariamente vinculado a uma profissão de fato. Contudo, a sociedade da época tinha verdadeira ojeira pelas mulheres classificadas ou rotuladas como prostitutas. Sandra Pesavento afirma, em relação a essa figura na sociedade porto-alegrense, que

na verdade, a prostituta era potencialmente uma criminosa. Além de levar uma vida desregrada, que infringia todas as normas e valores estabelecidos, era um elemento catalisador de todos os vícios. Desencaminhavam a juventude, pervertiam crianças, seduziam pais de família, viviam cercadas de bêbados e jogadores. Elas próprias se envolviam em cenas violentas de pugilato, onde navalha e chicote misturavam-se a puxões de cabelo, na disputa amorosa por algum frequentador do bordel, incidentes que não raro acabavam na delegacia ou necrotério (1994, p. 134).

A família Pontes não queria que a irmã da menor Carmelina continuasse a vê-la, fosse em casa, fosse na rua, pois não

seria “bom” para a menina ser vista com “esse tipo de companhia”. Ou não seria bom para a família Pontes? Em nenhum momento do processo Antônio Pontes relata que a menor é mal-educada ou lhe traz problemas; apenas aponta, como fator determinante para seu pedido, o fato de essa menor ter uma irmã “prostituta”, que lhe visitava, apesar dos constantes avisos de reprovação, e do risco de a família Pontes e sua tutelada se encontrarem com a dita irmã na rua. A família Pontes decidiu se desvincular de uma possível rotulação social pejorativa. Não seria adequado para a imagem de uma “boa família” a convivência com uma “prostituta” ou mesmo com a irmã dela.

A meretriz era um dos exemplos de ameaça à ordem social, como afirma Anderson Vargas, em relação à cidade de Porto Alegre, que a

figura central desse processo de degradação [social] era a *prostituta*, frequentemente considerada como uma “infeliz”, de “natureza fraca”, seduzida por “viciosos” ou por cafetinas. De qualquer forma, consciente ou não, vítima ou não, a meretriz era apresentada como um ameaça à saúde, à moralidade e à segurança da cidade (2004, p. 258 - grifo do autor).

As famílias das elites, ou aquelas que aspiravam a se aproximar de seu “modelo”, cultivavam o pudor em suas relações pessoais. Michel Foucault (2009a) refere que a vigilância sobre a sexualidade das pessoas foi algo que começou a ser praticado pela sociedade a partir do século XVII, na expectativa de que algumas atitudes e comportamentos dos membros da sociedade deveriam ser mais reservados e mais

regularizados. Assim, começava a surgir o dispositivo da sexualidade, principalmente ao longo do século XIX, em que as relações sexuais deveriam ser mais controladas e reservadas, baseadas em normas de pudor recatadas.

Medicina e Justiça, como instituições integrantes do Estado, começaram a tornar os corpos alvos de contínuas intervenções, tomando por medida padrões definidos por uma “norma de correção” dos corpos (CHALHOUB, 2006; 2008), e uma das figuras que deveria receber atenção era a prostituta ou a mulher de vida pública, pois ela colocava em risco esse projeto de regramento social.

O processo do menor Ernesto Nesston,<sup>12</sup> 12 anos, é um dos muitos em que a integridade do menor é colocada como fator determinante para a sua tutela. Seu padrinho Ernesto Paranhos é informado pelo senhor Oswaldo Camisa, negociante da cidade, de que seu afilhado, órfão de pai e mãe, “acha-se em casa de uma mulher de vida fácil à Travessa Paysandu<sup>13</sup> nº 29”; além disso, o padrinho caracteriza a mulher como “preta”,<sup>14</sup> que vivia amasiada com um homem, características depreciadas e condenadas pela “nova” sociedade. A tutela do menor foi dada ao padrinho Ernesto Paranhos seis dias após a abertura do processo.

Além da relação ilícita do amasiamento, o autor da ação vinculou o adjetivo “preta” para também caracterizar a mulher que estava em posse do menino. Ora, a relação do amasiamento era condenada pela elite; mas, por que o padrinho do menor fez referência à cor da mulher no

processo, se desde a República isso não era mais aplicável juridicamente?

Sidney Chalhoub em estudo sobre o Rio de Janeiro da Primeira República refere que o processo histórico da cidade carioca apresentou “traços” de continuísmos em relação ao período colonial e imperial, como a

[...] continuação da subordinação social dos brasileiros de cor, ou seja, o negro passou de escravo a trabalhador livre, sem mudar, contudo, sua posição relativa na estrutura social (2008, p. 88).

A partir da segunda metade do século XIX, a tendência era a “invisibilidade da cor” e, quando ela aparecia, como no caso acima, era de forma pejorativa (CASTRO, 1995). Sobre Porto Alegre, Sandra Pesavento (1989) refere que o estigma da escravidão continuou a assolar os negros, constantemente associados à “vagabundagem”, perturbadores da ordem social, não afeitos ao trabalho e, quando trabalhavam, taxados como mão de obra não qualificada e de baixa remuneração. Assim, ainda na República, os negros continuaram a ser menosprezados socialmente, e a cor continuou a ser utilizada como marca (des) classificadora de “bons” e “maus” cidadãos.

A exemplo do ocorrido na ação anterior, em que houve o apelo à moralidade e à honra da família, o processo da menor púbere Georgina Caetano da Silva<sup>15</sup> foi movido tendo por motivo a honra sexual da menor. A própria menor foi ao Juizado de Órfãos dizendo ser órfã de pai e mãe e “tendo sido deflorada,<sup>16</sup> a fim de poder casar-se pede a V [Vossa] S [Senhoria] para

nomear tutor”.<sup>17</sup> Seu pedido foi deferido no dia seguinte, o senhor Bernardino Caetano da Silva foi nomeado como tutor. Dessa forma, surgia um novo arranjo familiar com a chancela da Justiça.

Processos em que a alegação principal para se conseguir um tutor era a de a menor ter sido deflorada eram recorrentes no Juízo dos Órfãos. Geralmente, a solicitação vinha acompanhada do pedido para casar-se com o deflorador. O casamento era um valor cultivado pelos grupos dirigentes, mas, entre os populares, como Silvia Arend (2001) já apontou, não era uma obrigação: os populares reivindicavam e recorriam a essa união legal em situações pontuais. Esse pedido de tutela, que dava licença para casar-se, podia ter algumas razões por parte da menor, como

[...] responsabilizar o amante por uma gravidez que, assumida sozinha, traria maiores dificuldades na luta pela sobrevivência; desejando realizar um casamento proibido pelas famílias; sendo pressionadas pelos patrões ou pela polícia; tentando não perder um “bom” partido ou mesmo uma paixão (ESTEVES, 1989, p. 203).

Levar a queixa de defloramento de uma menor às autoridades tinha por finalidade responsabilizar o deflorador pelos seus atos, para que, com base na moralidade da época, houvesse um casamento legal e, assim, para que a menor pudesse “livrar-se” da alcunha de “mulher pública”, ou mesmo de mãe solteira. Além disso, também era uma forma legal de isentar o deflorador de responder criminalmente pelos seus atos, por meio do casamento, pois

o defloramento era considerado crime pelo Código Penal brasileiro (1923, art. 267).

Esse foi o caso da menor Luiza Fortelli,<sup>18</sup> filha legítima, com 17 anos de idade, que, assim como no caso anterior, entrou pessoalmente com um processo no Juízo dos Órfãos requerendo um tutor que lhe desse a autorização para se casar com seu deflorador. A menor informou que seu pai, Luiz Fortelli, estava “atualmente em lugar incerto e não sabido” e sua mãe, Maria Fortelli, morrera havia quatro anos. Assim, Luiza Fortelli pediu à Justiça um tutor que lhe desse “licença para casar-se com o Sr. Álvaro Seelling que a deflorou e quer reparar o mal pelo casamento”.<sup>19</sup> Sendo verdade o que se alega”.<sup>20</sup> A tutela da menor foi deferida ao Sr. Reynaldo Fellig no dia seguinte ao de sua abertura.

Podemos perceber, de forma explícita, que o Sr. Álvaro Seelling tinha “consciência”, e até mesmo a Luiza Fortelli, de que a relação sexual que os dois haviam tido se configurava socialmente como “má” e somente o casamento poderia “reparar” isso. O que estava por trás da decisão de realizarem o casamento não está no processo.

Pode-se conjecturar que o motivo estaria enraizado na tentativa de os pais dele, ou de as pessoas que cuidavam dela, tentarem escapar de um processo criminal, ou ainda deduzir-se que a menor o tenha seduzido para “arranjar um casamento”. Enfim, não há certezas, apenas sabe-se que eles haviam reivindicado uma definição de honra que a sociedade da época valorizava: a união por meio do casamento.

## Conclusão

Ainda que a família burguesa não fosse o reflexo de muitas famílias porto-alegrenses, essa perdurou no tempo como modelo ideal, como um valor a ser buscado por todos, e suas características funcionaram para apontar, nos processos judiciais, a forma de respaldar suas alegações, pois a maioria das pessoas estava inserida no princípio básico da sociedade disciplinar:<sup>21</sup> o da vigilância<sup>22</sup> sobre os valores sociais.

Quando uma família apresentava uma situação de desorganização ou desestruturização, segundo os princípios elitistas, deixando um menor desamparado socialmente ou em condições que não propiciavam a ele “melhor” cuidado ou educação, a “sociedade vigilante”<sup>23</sup> comunicava essa situação ao Juizado de Órfãos,<sup>24</sup> para que fossem acionados os mecanismos de proteção desse menor e colocados em prática os ideais modernizadores.

Assim, com a vigilância, havia a sanção reguladora – ambas atuavam conjuntamente. A sanção seria o prolongamento das ações judiciais e, em outra senda, havia o “professor – juiz”, o “médico – juiz”, enfim, várias pessoas que poderiam ser “julgadoras” das normas. Além disso, havia o exame, que seria a vigilância constante e ininterrupta, não importando muito saber o que havia se passado, mas, sim, as qualidades das pessoas e como essas se comportavam em sociedade (FOUCAULT, 2007).

The family porto-alegrense for the “right” and the “inside out”: the influence of the Juizado de Órfãos for de social reorganization

## Abstract

This paper examines the organization of the popular family porto-alegrense in the early twentieth century and the influence that the Juízo dos Órfãos exercised to reorganize society. Based on social values cultivated by elite groups, the Justice judged the cases that were presented to her seeking water the society through their actions.

*Keywords:* Family. Juízo dos órfãos. Justice.

## Notas

- <sup>1</sup> As elites ou grupos dirigentes devem ser entendidos como grupos não homogêneos e com interesses próprios, mas que comungavam quanto ao tipo de sociedade a qual desejavam pertencer. Assim, esses grupos promoveram valores próprios como marcas de estilo de vida a serem seguidas por toda a população, bem como incentivaram e patrocinaram melhorias urbanas.
- <sup>2</sup> A categoria populares, atribuída aos grupos sociais que compõem a maior parte dos sujeitos arrolados neste artigo e no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre, é usada justamente por sua heterogeneidade (MOREIRA, 2009), correspondendo desde “vagabundos”, “desordeiros” e “gatunos” até o proletariado de forma geral (MAUCH, 2004).
- <sup>3</sup> O termo “órfão” não deve ser entendido estritamente, pois pode representar menores órfãos de pai e mãe como também os “órfãos de pais vivos”, ou seja, representava igualmente aqueles que tinham seus progenitores vivos.
- <sup>4</sup> A menor idade era considerada até 21 anos.
- <sup>5</sup> Sobre o Juizado de Menores em Porto Alegre, ver o artigo de Ana ZANELLA (2003) intitulado “A administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945)”.

- <sup>6</sup> Promotor Público do Juízo dos Órfãos.
- <sup>7</sup> O amasiamento era configurado por três fatores: encontros regulares entre o casal, mútua responsabilidade entre homem e mulher e relacionamento público (AREND, 2001).
- <sup>8</sup> Isabel Sá, realizando pesquisa histórica sobre os expostos do Porto (Portugal) no século XVIII, apropriando-se desse conceito antropológico, refere que “esta circulação de crianças assume várias modalidades e é percebida de forma diferente pelos indivíduos e grupos que nela participam. O aspecto mais importante, no entanto, consiste no facto de, para além da responsabilidade parental estritamente biológica, existem alternativas de responsabilidade social que vão desde o cuidado temporário de crianças até à transferência completa de direitos legais e que transformam a paternidade num facto mais social do que biológico” (1995, p. 11).
- <sup>9</sup> A tutela era um encargo conferido pelo Juízo dos Órfãos a uma pessoa para que gerenciasse os bens e cuidasse da integridade física do menor, representando-o tanto em juízo como fora deste.
- <sup>10</sup> RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 656 de 1918*. [manuscrito]. Porto Alegre, 1918. Localização: Apers.
- <sup>11</sup> RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 656 de 1918*. [manuscrito]. Porto Alegre, 1918. Localização: Apers. f. 8; 8v.
- <sup>12</sup> RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 1ª Vara. Tutela. *Proc. nº 28 de 1911*. [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: Apers.
- <sup>13</sup> Atualmente, é uma rua da área central da cidade, inicia-se na avenida Mauá e termina na rua Riachuelo. Teve vários nomes ao longo do tempo: no período em que Porto Alegre era vila, chamava-se Beco do Inácio Manoel Vieira, sujeito que construíra vários prédios no local; por meados do século XIX, começa-se a denominar o local como Beco do Quebra-Costas, mas o nome que vigorou por muitos anos foi o Beco do Fanha, em alusão a um taberneiro fanhoso que morava no local junto com mulheres de “vida airada”; em 1873 a Câmara Municipal muda o nome para Travessa Paysandu, homenageando os heróis da guerra contra o Uruguai. Já no século XX o antigo beco começa a deixar para trás as características arcaicas e a mudar de *status* social e, em 1944, a Prefeitura Municipal muda definitivamente de nome para Caldas Júnior, em referência ao fundador do *Correio do Povo*, jornal que instalara sua tipografia no local (FRANCO, 2006).
- <sup>14</sup> RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 1ª Vara. Tutela. *Proc. nº 28 de 1911*. [manuscrito]. Porto Alegre, 1911. Localização: Apers. f. 2.
- <sup>15</sup> RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 1ª Vara. Tutela. *Proc. nº 70 de 1915*. [manuscrito]. Porto Alegre, 1915. Localização: Apers.
- <sup>16</sup> O defloramento era a cópula com mulher virgem ocasionando o rompimento do hímen da menor. Se não houvesse a cópula, o crime seria de atentado contra o pudor. A diferença entre defloramento e estupro é que no primeiro haveria o consentimento da menor, por sedução ou mentira da parte do homem; no segundo, não haveria o consentimento e, sim, imposição por violência.
- <sup>17</sup> RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 1ª Vara. Tutela. *Proc. nº 70 de 1915*. [manuscrito]. Porto Alegre, 1915. Localização: Apers. f. 2.
- <sup>18</sup> RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 596 de 1913*. [manuscrito]. Porto Alegre, 1913. Localização: Apers.
- <sup>19</sup> Grifo nosso.
- <sup>20</sup> RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 3ª Vara. Tutela. *Proc. nº 596 de 1913*. [manuscrito]. Porto Alegre, 1913. Localização: Apers. f. 2.
- <sup>21</sup> Tal sociedade se caracterizaria como “[...] um modo de organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta [...]” (MUCHAIL, 2004, p. 61).
- <sup>22</sup> Nessa sociedade disciplinar, não haveria a necessidade de “[...] armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentido-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá essa vigilância sobre e contra si mesmo” (FOUCAULT, 2009b, p. 218).
- <sup>23</sup> Na sociedade disciplinar, os indivíduos começam a ser observados nos vários locais em que atuavam, sendo regrados por várias instituições, desde as pedagógicas até as médicas, que agiam como dispositivos de regularização social. Dessa forma, as pessoas eram vigiadas, normatizadas e corrigidas de maneira ininterrupta (FOUCAULT, 2007).
- <sup>24</sup> Em a “Vida dos Homens Infames” (2003), Foucault reflete sobre a preocupação que as instituições estatais começaram a ter sobre os detalhes

do cotidiano dos indivíduos. Primeiramente, por meio da confissão e, depois, por meio de registros administrativos. Com o tempo, esses detalhes se perpetuaram como indícios para a verificação do que seria, socialmente, “normal” e “anormal”.

## Referências

- ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 289-316.
- AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- AZEVEDO, Gislane Campos. *De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.
- AZEVEDO, Gislane Campos. *Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX*. São Paulo, 2007. Disponível em: < <http://www.historica.arquivos-tado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao27/materia01/>>. Acesso em: 1º ago. 2011.
- BONUMÁ, João. *Menores abandonados e criminosos*. Santa Maria - RS: Papelaria União, 1913.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. A cor inexistente. In: \_\_\_\_\_. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 103-115.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiço e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- D'INCAO, Maria Ângela. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 9-16.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 223-240.
- ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 510-553.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manuel Barros da (Org.). *Estratégia, poder-saber*. São Paulo: Forense Universitária, 2003. p. 203-222.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. de Maria T. A. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, 2009b.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramalhe. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 288p.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- GAMA, Affonso Dionysio. *Código penal brasileiro: (Dec. n. 847, de 11 de outubro de 1890)*. São Paulo: Saraiva, 1923. Localização: BIBDIR-UFRGS.

MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul - RS: Edusc; Anpuh/RS, 2004.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, simplesmente*. São Paulo: Loyola, 2004.

PEREIRA, Ivonete. A eugenia no Brasil: “trabalhar” a infância para “(re)construir” a pátria, 1900-1940. In: SCHREINER, Davi Felix et al. (Org.). *Infâncias brasileiras: experiências e discursos*. Cascavel: Ed. Unioeste, 2009. p. 49-71.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho - 1880-1920*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

RODRIGUEZ, Sônia Maria Troitino. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (XVI-XX)*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 211-230.

VARGAS, Anderson Zalewski. Porto Alegre, início do século XX: imprensa, “ânsia de civilização” e menores de rua. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 247-272.

ZANELLA, Ana Paula. A administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945). *Revista Justiça & História*, Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, v. 3, n. 5, p. 225-243, 2003.